



Relatos de Experiência: Eixo 6 - Educação de Jovens e Adultos

LINGUAGEM POÉTICA E OS DIFERENTES TIPOS DE EDUCAÇÃO

Rute de Carvalho Angelini*

Resumo: Esse trabalho trata de uma pesquisa sobre as ações educativas de Literatura e Música com um grupo de idosos do CISGuanabara em Campinas-SP, que faz da poesia e da música um encontro com prazer de continuar sobrevivendo nesse mundo com tantos preconceitos e violência com os idosos. Nela encontramos relatos que se fez presente na Dissertação de Mestrado da UNISAL, “*Linguagem Poética e Educação Sociocomunitária: uma resignificação da vida social do idoso*”. Porém nesta apresentação faremos um recorte da dissertação, apresentando os diferentes tipos de educação e a educação do idoso.

Palavras-chave: educação social. Idoso. Educação Formal. Não Formal e Informal.

Linguagem poética e a educação

*O melhor a ser dito é que não se deve esperar
dominar um saber para perguntar-se o que se poderia fazer com ele!*
Philippe Perrenoud (2000, p. 55).

A linguagem poética da educação nos remete a uma resignificação da vida social e espiritual em comunhão com a vida educacional e, especificamente nesse trabalho, com o interesse de compreender o ser humano depois de este ter conquistado muitos anos de vida. A busca pela felicidade é de natureza humana e envolve pessoas de todas as idades e classes sociais, cada um a seu modo, de acordo com suas condições vitais, principalmente o idoso. A escolha em trabalhar com linguagem poética na vivência dos idosos visa compreender se a poética vem ao encontro do que eles procuram, enquanto expectativa de melhoria na qualidade de vida e os entraves que ocorrem para uma convivência de bem-estar de pessoas já com idade mais avançada.

As pessoas têm capacidade para aprender e isso independe da idade, todavia, ocorre de acordo com as oportunidades que surgem e pelas condições de vida de cada um. A figura primordial na vida do adulto aprendiz é o professor. É preciso que este seja capaz de articular o conhecimento com o cotidiano do educando, tecendo aquilo que chamamos de arte de aprender. Muitas vezes é preciso que o professor vá buscar o entendimento nas raízes das

*Mestra em Educação Sociocomunitária - UNISAL/Americana SP. Membro do GEPLAGE e GEPSEJA. E-mail: rcarangel@hotmail.com.



questões que podem ser respondidas pela interação do professor com o aluno, numa educação de compreensão humana. Bem explana Morin (2004):

A compreensão humana nos chega quando sentimos e concebemos os humanos como sujeitos; ela nos torna abertos a seus sofrimentos e suas alegrias. Permite-nos reconhecer no outro os mecanismos egocêntricos de autojustificação, que estão em nós, bem como as retroações positivas (no sentido cibernético do termo) que fazem degenerar em conflitos inexplicáveis as menores querelas. É a partir da compreensão que se pode lutar contra o ódio e a exclusão. (MORIN, 2004, p.51).

Diante da concepção de Morin entendemos que a compreensão humana exige o recurso de uma pedagogia que agrupe filósofo, psicólogo, sociólogo, historiador e escritor, pois, uma só ciência não pode interpretar o que vai muito além dos sentimentos, das emoções, das tristezas, das alegrias, do amor, do ódio e da racionalidade, diante da complexidade multidimensional que é o ser humano. Ao contemplarmos a educação sobre o prisma dos diferentes olhares, ficamos abertos às questões presentes no cotidiano das pessoas e não as mantemos fora do processo, ou seja, elas são cultivadas como parte do conflito social.

Dessa forma, o professor precisa trabalhar sistematizando o conhecimento no ensino escolarizado, considerando que tudo que aprendemos em nossa vida, nas relações humanas, tenham algum significado que dê sentido para continuarmos sonhando com um mundo melhor para todos, principalmente àqueles que mais precisam como os idosos, objetos do nosso estudo. Nesse sentido de busca de nossos desejos e da realização dos nossos sonhos há uma Linguagem Poética. Portanto, na prática pedagógica para a vida, devemos ter mais clareza e especificidade de quem, para quem e como vamos ensinar uma prática que faça com que o educando, principalmente o idoso, aprenda para o convívio da vida social. Do mesmo modo, ensiná-lo a despertar suas emoções, muitas vezes sufocadas no dia a dia, promovendo um aprendizado que dê continuidade à sua existência com mais prazer e significado. Todavia a educação independente da faixa etária pode ser compreendida entre os diferentes tipos de educação.

Educação: formal, não formal e informal

Em tempos atuais observamos que ocorreu uma expansão de instituições escolares e o surgimento de novas faculdades, a maioria privada, para atender as demandas das profissões globalizadas e as pesquisas acadêmicas. A educação passou a ter certas especificações, diferentes do instituído tradicionalmente. Gohn (2005) esclarece que:

A educação ganha importância na era da globalização porque o elevado grau de competitividade ampliou a demanda por conhecimentos e informação. Entretanto, a diferença entre hoje e ontem não é apenas quanto ao aumento



da demanda, mas quanto à qualidade e ao tipo de educação a ser oferecida. (GOHN, 2005, p. 12).

Com base nessas novas especificações, Brandão afirma:

Não há uma forma única nem um único modelo de educação; a escola não é o único lugar onde ela acontece e talvez nem seja o melhor; o ensino escolar não é a sua única prática e o professor profissional não é o único praticante. (BRANDÃO, 1982, p.9).

Porém, três conceitos reforçam o entendimento de educação: A Educação Formal, a Educação Não Formal e a Educação Informal. Tais conceitos são discutidos por autores e pesquisadores, uma vez que estes são considerados de relevância para os propósitos da educação em geral.

Educação formal

Como formal pode se entender a educação institucionalizada, oferecida dentro dos limites de instituições escolares, com currículos de disciplinas, constituição de quantidades de dias letivos por ano e com prazo de iniciação e finalização. Um bom exemplo é o conceito desenvolvido pela Universidade de Évora, em Portugal, conforme publicação na Revista “Évora Cidade Educadora”, em 25 de setembro de 2012:

A educação formal caracteriza-se por ser altamente estruturada. Desenvolve-se no seio de instituições próprias – escolas e universidades – onde o aluno deve seguir um programa pré-determinado, semelhante ao dos outros alunos que frequentam a mesma instituição. (ÉVORA, 2012, p.1).

A educação formal foi sendo constituída pelas sociedades, como uma necessidade para formação do homem civilizado; sociedade que exigia a aprendizagem da leitura e escrita, como primordial para o desenvolvimento dos meios urbanísticos. No início eram selecionados aqueles que comporiam essa educação, contudo, atualmente e principalmente no Brasil houve a instituição legal da obrigatoriedade de todas as crianças estarem matriculadas a partir dos 6 anos de idade nas instituições de Ensino Fundamental (EF). São algumas das leis, segundo as Diretrizes Curriculares da Educação Básica da Prefeitura Municipal de Campinas (PMC):

A Lei 9.394/1996 sinalizou para um ensino obrigatório de nove anos de duração, a iniciar-se aos seis anos de idade, o que, por sua vez, tornou-se meta da educação nacional pela Lei 10.172/2001, que aprovou o Plano Nacional de Educação (PNE). Finalmente, em 6 de fevereiro de 2006, a Lei 11.274 instituiu o ensino fundamental de nove anos de duração com a inclusão das crianças de seis anos de idade. (CAMPINAS, 2012, p. 67).

Hoje temos também a Educação de Jovens e Adultos (EJA) como modalidade de ensino estabelecida em lei, cuja intenção primeira foi atender os jovens e adultos que não completaram sua escolaridade no tempo escolar adequado. Mas, a modernidade e os direitos



sociais, despertaram o desejo de aprender, nas pessoas da chamada Terceira Idade, fase da vida em que as pessoas têm idade igual ou superior a 60 anos, ou seja, pessoas idosas. Angelini e Dias (2010) explicam como isso foi compreendido, após a criação da Fundação Municipal para Educação Comunitária (FUMEC) em Campinas:

A criação da FUMEC teve um elevado ganho educativo, quando institucionalizou a partir da promulgação da nova Constituição Federal de 1988, estendendo o direito à educação aos que ainda não haviam concluído o ensino fundamental. Assim, desde o jovem e adulto até o idoso ficaram incluídos nessa nova perspectiva de educação. (ANGELINI; DIAS, 2010, p.131).

Essa modalidade de ensino na Fundação Municipal para Educação Comunitária - FUMEC advém das mudanças ocorridas em nossa sociedade brasileira quanto ao atendimento de ensino para os jovens e adultos; antes responsabilidade do Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) e que passou por mudanças para Fundação Educar. A Fundação Municipal para Educação Comunitária foi instituída no Município de Campinas e sobre ela incidiram transformações mais específicas com formalidades, mudanças de currículos, dias letivos e com a formação em magistério pelos professores; antes as pessoas ministravam aulas na Fundação Educar mesmo sem ter qualquer formação, ou seja, bastava um grau a mais do ensino de primeira à quarta série.

Ao se institucionalizar tornou-se um ensino formal, com melhor estrutura de ensino àqueles considerados excluídos do processo de escolaridade, muito embora, ainda hoje existem dificuldades na formalidade do ensino na FUMEC, principalmente quanto ao cumprimento de frequência. Com essa modalidade de ensino temos em Campinas um avanço na educação de jovens e adultos. Ressaltamos que quando as pessoas buscam estudos nas salas de EJA, estão à procura de um novo rumo para as suas vidas e, em se tratando dos idosos, essa busca pelo aprender, pela convivência com o outro, para sentir-se útil é que percebemos como anseio nas conversas em sala de aula.

Por meio de uma linguagem simples e integradora entre educador e educando, do falar, escutar e ser ouvido se estabelece um diálogo capaz de oferecer sentido ao estar ali e servir de motivação para desenvolver a sensibilidade em aprender, cujo significado do aprender lhe ofereça um brilho especial no modo de encarar a vida, uma esperança a mais, um olhar poético, todos visando ressignificar sua existência. Anteriormente, esse idoso que hoje frequenta o EJA, já recebeu do seu meio alguns tipos de educação, seja no convívio com a família, com os amigos ou, até mesmo, no mercado de trabalho. Portanto, a educação que recebemos nem sempre acontece somente nos espaços escolarizados com regras



formativas, pois, existem outros tipos de educação presentes em nossa sociedade como a educação não formal e a educação informal.

Educação não formal

A educação não formal pode ter surgido muito antes da escolarizada, pelos acontecimentos e situações de ensino aprendizagem que se têm registradas das famílias e das sociedades mais antigas. Na concepção de Groppo (2013), sobre a educação não formal, trata-se de um novo campo educacional:

Se considerarmos esses modelos educacionais como tipos históricos, poder-se-ia argumentar que a educação não formal é um novo campo educacional, surgido de processos recentes que tornou possível ou necessária à fecundação de uma modalidade educacional não deixada ao acaso das relações cotidianas (como a educação informal), mas planejada com uma flexibilidade bem maior que a da educação escolar. (GROPPO, 2013, p. 38).

Conforme o referido autor, a educação formal tem características próprias, porém, se entrelaça aos outros tipos de educação, uma vez que não individualiza o ser humano, mas sim o integra para humanizá-lo em suas convivências sociais. Como educação não formal há definições de que esta acontece nos espaços tanto escolares, sem as exigências da formal, quanto em espaços sociais, como igrejas, salões e outros, com uma organização mais ligada às vivências da comunidade. Para Gohn (2009) a educação não formal:

Não deve ser vista, em hipótese alguma como algum tipo de proposta contra ou alternativa à educação formal, escolar. Ela não deve ser definida pelo o que não é, mas sim pelo o que ela é – um espaço concreto de formação com a aprendizagem de saberes para a vida em coletivos. (GOHN, 2009, p. 32).

De acordo com Gohn, a proposta da educação não formal tem sua especificidade, não alternando com outro tipo de educação. Essa educação não é a que vem para substituir, mas aquela que pode se integrar aos outros tipos de educação. Já na visão de Aranha (2010):

Na educação não formal os modelos de aprendizagem não se confundem com a educação formal, que é oficial e deve cumprir exigências legais, mas dela se aproximam pela intenção explícita de educar, muitas vezes usando recursos metodológicos para sua realização. (ARANHA, 2010, p. 94).

Esse modo de ver a educação não formal, sem a formalização dos currículos elaborados e com as metas a serem cumpridas, permite que haja planejamento e organização específicos nos espaços e tempos em que esta acontece. Desta forma, os saberes não estão sempre nos mesmos lugares, assim como a instituição que os ‘guarda’ nem sempre é a mesma, tampouco possui sempre o mesmo prestígio social”. (GARCIA, 2005, p. 23).



Para tanto, são imprescindíveis metodologias adequadas para o alcance de seus objetivos, objetivando atender aos interesses e necessidades dos sujeitos de uma determinada comunidade ou de grupos sociais. Neste tipo de educação há uma flexibilidade das ações presentes. Caro e Guzzo (2004) apontam a educação não formal como importante para a formação das identidades dos sujeitos e conceituam:

A educação não-formal reconhece a pessoa como um ser que pensa, age, sente e traz consigo uma cultura que precisa ser respeitada para poder crescer e se desenvolver, pois a cultura faz parte da identidade do ser humano, e os valores são imprescindíveis em sua formação. (CARO; GUZZO, 2004, p. 37).

De todos os conceitos apresentados percebemos que os autores creditam à educação não formal a complementação para a formação do ser humano, em especial àqueles que, por razões diversas, não conseguiram seguir no ritmo convencional da aprendizagem formalizada. Igualmente observamos que muitas pessoas escolarizadas participam, em um momento ou outro, de atividades que sinalizam a educação não formal.

Educação informal

A educação informal é entendida como aquela que acontece no decorrer de nossa existência, no tempo e espaço dos ambientes presentes, como na família, na religião, na mídia ou na comunidade enquanto espaço de convivência social.

O conceito de educação ao longo da vida é a chave que abre as portas do século XXI; ele elimina a distinção tradicional entre educação formal inicial e educação permanente. (...) Ela deve abrir as possibilidades da educação a todos, com vários objetivos: oferecer uma segunda ou terceira oportunidade; dar resposta à sede de conhecimento, de beleza ou de superação de si mesmo; ou, ainda, aprimorar e ampliar as formações estritamente associadas às exigências da vida profissional, incluindo as formações práticas. Em suma, a educação ao longo da vida, deve tirar proveito de todas as oportunidades oferecidas pela sociedade. (DELORS, 2010, p. 32).

Quando se compreende a educação como possibilidade de formação e desenvolvimento do ser humano, as formações educacionais práticas oferecidas nos espaços em que o povo está, poderão ser elementos essenciais na continuidade da vida. Groppo (2013) cita a opinião de Park e Fernandes sobre a educação informal.

Educação informal é toda gama de aprendizagens que realizamos (tanto no papel de ensinantes como de aprendizes) que acontece sem que nos demos conta. Acontece ao longo da vida, constitui um processo permanente e contínuo e não previamente organizado. (...) Como conceito de informal a educação pode ser e ter: Percepção gestual, moral, de comportamentos provenientes de meios familiares, de amizade, de trabalho, de socialização, midiática, nos espaços públicos em que repertórios são expressos e captados de formas assistemáticas. (PARK; FERNANDES, 2007 apud GROPPPO, 2013, p. 37-38).



Nessa separação por conceito – mesmo que muitos autores discordem da nomenclatura – a educação oferecida nos espaços disponíveis de sociabilidade, formal, não formal ou informal, beneficia quem dela se apropriar, porque se abre um campo novo de visão para o mundo. A educação deve estar sempre voltada para os interesses comunitários, em espaço formalizado ou não, atendendo o ser humano na sua essência, seja no trabalho necessário à sobrevivência, seja na sociabilidade como parâmetro de uma vida mais entrelaçada; uma linguagem comum a todos, mas, com sentido e significância na singularidade e na coletividade dos sujeitos.

Educação sociocomunitária

Abordar a educação sociocomunitária torna-se relevante neste espaço, pois é a nomenclatura do Programa de Mestrado em Educação do UNISAL Americana, que tem como uma de suas finalidades: desenvolver estudos e pesquisa na área “Ciência da Educação”, tendo por núcleo de investigação a Educação Sociocomunitária. Um dos objetivos específicos do Programa é investigar como se articulam e como se comunicam ações e organizações comunitárias e sociais, bem como debate diferentes modos de interpretação e intervenção educativas. Assim se estabelecem as possibilidades de mediação entre as pessoas, grupos, comunidades e sociedades, por meio das diferentes manifestações da linguagem.

Pensar a educação voltada aos interesses comunitários não é uma invenção dos nossos tempos, embora, ao situar essa maneira de educar em outras épocas, se encontra diferentes modos de composição se comparado ao modelo instalado no sistema institucionalizado. A ideia de educação comunitária se insere num vasto campo de compreensão agregada à palavra comunidade. (GARRIDO, 2013, p. 65).

O método do Programa UNISAL é caracterizado pela formação do aluno pesquisador: intérprete e interlocutor, que deve voltar-se para as questões Sociocomunitária articuladas com o pensamento educacional sistematizado, incluindo as comunidades de educação formal e não formal, como elementos dinâmicos da macros sociedade. A interlocução esclarecedora mantém o outro como sujeito e não como objeto do conhecimento da Educação. E, sinalizando o Programa de Mestrado UNISAL, o professor Severino Antônio fortalece com sua opinião, que:

A ideia de intérprete e interlocutor: o pesquisador, o educador sócio comunitário, assim como o educador em geral, precisa saber interpretar as vozes dos sujeitos com quem convivem, precisam ser interlocutores. Isso quer dizer duas coisas fundamentais. Primeiro você escuta, só trata o outro como sujeito, se tiver escuta da alma dele. Não é só falar de coisas agradáveis e de consenso, mas também de conflitos, de dores e de questões



não resolvidas. Se você não tem escuta, não há relação educativa. (...). O sujeito tem voz, tem história, tem o que dizer. (ANTONIO, 2007, p. 53).

Na Educação Sociocomunitária o pesquisador deve voltar-se para as questões sociais, por meio das ações educativas de impacto social, que envolvem a relação escola-comunidade. Assim, poderá devolver à sociedade, em forma de benefícios, o aprendizado acadêmico, porque as pesquisas guardadas na biblioteca de uma Universidade não produzem o efeito resultante dos objetos dos pesquisadores. Groppo (2006) explica que:

Assim, a educação sócio-comunitária também é utópica, ou melhor, é em parte uma possibilidade. Trata-se da possibilidade de construção de novas experiências e ações educacionais fundadas nos princípios societário e comunitário, atentas à necessidade de produção de sociabilidades comunitárias tanto quanto de liberdades individuais capazes de viver à margem ou resistir às lógicas sistêmicas. (GROPPO, 2006, p. 147).

Nessa tese compreendemos que a educação sociocomunitária auxilia o pesquisador a identificá-la em seu campo de pesquisa, junto aos grupos ou comunidades pesquisadas, bem como nos faz perceber que há pontos de vista que se juntam e outros que se afastam dos demais conceitos de educação. Não se pode conceituar em definitivo a educação visto que, na concepção de Aranha (2012, p.19): “Somos seres históricos, já que nossas ações e pensamentos mudam no tempo, à medida que enfrentamos os problemas não só da vida pessoal, como também da experiência coletiva”. E, segundo Moraes (2005, p.23): “As evoluções de significado dos conceitos têm diretamente a ver com fases vividas e ultrapassadas pela sociocultura, bem como com características do momento atual”.

As nomenclaturas e definições sobre educação contribuem para clarear os objetivos específicos a que cada uma delas se propõe na formação do sujeito em suas relações humanas. Conceitos são elementos essenciais na compreensão do que se quer descobrir, desvendar, realçar e valorizar nas ações dos sujeitos da pesquisa, ou seja, o que eles elaboram em sua vida social em comunidade, por meio da linguagem. Como temos o dom da linguagem é com ela que nos constituímos como seres construtores de saberes, de conhecimentos científicos ou populares. Constituimo-nos como seres de palavras; a palavra é nossa e nós somos da palavra.

Considerações finais

A pesquisa acadêmica é importante porque nos permite entender e reconhecer os diferentes conceitos de educação nas teses dos autores e confrontá-los com as práticas – pedagógicas, sociais e culturais – presentes nas comunidades de nossa sociedade. Por meio dos estudos bibliográficos avaliamos e reavaliamos nossos conceitos e preconceitos, com a proposição de estarmos abertos às mudanças em nosso modo de pensar, olhar e agir quantos aos



acontecimentos de nossa sociedade. Esses estudos norteiam nossa convivência com o outro, nos faz sentir o encanto de olhar e viver a vida sobre outro foco, mesmo com os conflitos da nossa sociedade. Conviver e vivenciar confronto a nossa linguagem com a do outro, com a da comunidade, com a da sociedade que tanto pode nos libertar quanto subjugar-nos.

Assim, é possível conhecer e compreender que a linguagem com o sentido de ressignificação da vida nos faz desenvolver um novo modo de ver o nosso cotidiano, perceber que há diferentes formas de educação e que elas não estão separadas, e sim integradas; essa linguagem mostra o quanto o homem é um ser histórico, social e cultural e que nas suas relações estabelecem suas linguagens em diferentes parâmetros, ou seja, como se organiza, se planeja, se integra, se valoriza ao procurar uma ressignificação para a sua vivência e convivência. A pesquisa realizada sobre a vida sociocomunitária deste grupo de idosos mostra que, na contemporaneidade, apesar de tantos percalços, essa faixa etária ainda encontra meios de exercer sua identidade, minimizando preconceitos para poder viver poeticamente a complexidade da vida.

Referências

- ANGELINI, R. de C; DIAS, I. de C. G. Educação de Jovens e Adultos: a inclusão dos excluídos. In: GARRIDO, N. de C; SILVA, O. M. da; MATOS, I. J. C.; SANTIAGO, G. L. (Orgs.) *Desafios e perspectivas da educação social: um mosaico em construção*. São Paulo: Expressão e Arte, p.131,2010.
- ANTONIO,S. Linguagem e Educação Sócio-Comunitária. *Revista de Ciências da Educação*. Americana SP: Centro UNISAL. Ano IX – nº 17, p.53,2º semestre/2007.
- ARANHA, M. L. A. *História da educação e da pedagogia: geral e Brasil*. 3ª ed. São Paulo: Moderna, p.19,2012.
- ARANHA, M. L. A. *Filosofia da educação*. 3ª ed. São Paulo: Moderna, p.94 2010.
- BRANDÃO, C. R. *O que é educação?* São Paulo: Brasiliense, p.9, 1982.
- CAMPINAS, Prefeitura Municipal de. *Diretrizes curriculares da educação básica para o ensino fundamental – Anos iniciais: Um processo Contínuo de Reflexão e Ação*. Campinas, SP: Secretaria Municipal de Educação – Departamento Pedagógico. (Org.) Heliton Leite de Godoy,p.67, 2012.
- CARO, S. M. P; GUZZO, R. S. L. *Educação social e psicologia*. Campinas, SP: Alínea, p.37,2004.
- DELORS, J. Educação: um tesouro a descobrir. *Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre a Educação para o Século XXI*. São Paulo: Cortez,p.32, 2010.
- GARCIA, V. A. Um sobrevôo: o conceito de educação não-formal. In: PARK, M. B; FERNANDES, R. S. (Orgs.) *Educação não-formal: contextos, percursos e sujeitos*. Campinas, SP: Unicamp/CMU; Holambra, SP: Editora Setembro,p.23, 2005.



GARRIDO, N. de C. *A Educação de Jovens e Adultos em Campinas: uma Análise sobre a FUMEC*. Jundiaí, SP: Paco Editorial, p.65, 2013.

GOHN, M.G. Educação não formal, educador (a) social e projetos sociais de inclusão social. In: *Meta: Avaliação*. Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 32, jan/abr 2009.

GOHN, M.G. *Educação não-formal e cultura política: impactos sobre o associativismo do terceiro setor*.(Coleção Questões da Nossa Época), 3ª ed. São Paulo: Cortez,p.12, 2005..

GROPPO, L. A. O princípio Sócio Comunitário e a Integração Sistêmica na Educação: algumas considerações. *Revista de Ciências da Educação*, Ano 08 - nº 14, p.147, 1º semestre 2006.

GROPPO, L. A. *Sociologia da Educação Sociocomunitária: ensaios sobre o campo das práticas socioeducativas e a educação não formal*. Holambra, SP: Editora Setembro, pp.37-38, 2013.

MORAIS, R. de. Uma visão de educação sociocomunitária. *Revista Educação & Cidadania*. Campinas SP: Átomo, ano 4, nº 1, v. 4,p.23, 2005.

MORIN E. *A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento*. Tradução Eloá Jacobina. 9ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil,p.51, 2004.

PERRENOUD, P. *Pedagogia diferenciada: das intenções à ação*. Tradução Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Artes Médicas Sul,p.55, 2000.

REVISTA ÉVORA CIDADE EDUCADORA. *Educação formal, não formal e informal: três conceitos vizinhos*. Évora, Portugal. Ano 1, nº 07,p.1, Setembro de 2012.



